

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A abertura do ano letivo na Escola Secundária Rocha Peixoto, no concelho da Póvoa de Varzim, ficou marcada pelo encerramento da escola no primeiro dia de aulas.

Ao contrário do que refere o Sr. Ministro da Educação, que evoca normalidade no início do ano letivo a nível nacional, o início do ano letivo não se verificou no dia previsto por uma gritante falta de funcionários nesta escola.

Na verdade, a direção desta escola viu-se obrigada a encerrar a escola porque não tinha o número mínimo de funcionários para que a escola abrisse com as mínimas condições de segurança para os alunos.

De acordo com informação transmitida, na escola secundária Rocha Peixoto faltam 27 assistentes operacionais estando apenas ao serviço 22 destes profissionais.

Assim, na escola Rocha Peixoto não são cumpridos os rácios que o Ministério da Educação tanto evoca – rácios cuja revisão o PCP tem colocado como necessidade, apresentando propostas e batendo-se por uma alteração que responda às necessidades objetivas de cada escola no que concerne às suas características e inserção no meio, à tipologia de edifícios, ao número de alunos no geral, ao número de alunos com necessidades educativas especiais, designadamente nos casos em que é necessário acompanhamento permanente, entre outros aspetos.

Importa referir que esta escola tem 1.729 alunos, sendo que 30 destes são alunos com necessidades educativas especiais e com programas individualizados que carecem de um acompanhamento mais próximo por parte de assistentes operacionais – o que não é possível garantir.

Por fim, foi transmitido na comunicação social que este Ministério foi, por diversas vezes, alertado para o problema pelo que não se percebe porque que não tomou as medidas

necessárias para evitar este lamentável desfecho.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Ministério da Educação o seguinte:

1. Como justifica este Ministério que esta escola tenha chegado a este ponto e porque não tomou este Ministério as medidas necessárias para evitar a situação de rutura que se verificou?
2. Que medidas vai este Ministério tomar, com carácter de urgência, para garantir o número de assistentes operacionais necessários para o normal funcionamento desta escola?

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2018

Deputado(a)s

JORGE MACHADO(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

ÂNGELA MOREIRA(PCP)